

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E A DOENÇA HOLANDESA: uma
revisão da literatura

DUTCH DISEASE AND DEINDUSTRIALIZATION IN BRAZIL: a review of the
literature

Dalton Tria Cusciano¹

RESUMO

Este trabalho apresenta um panorama teórico-conceitual que correlaciona as variáveis desindustrialização e re-primarização da pauta exportadora com a *dutch disease*. A metodologia utilizada foi à revisão sistemática identificando e avaliando os estudos integrantes das bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* e do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação, constantes nos sistemas até 30 de setembro de 2017, tendo-se utilizado como critério selecionador, o termo “doença holandesa” e a revisão por pares. Os dados coletados identificaram argumentos favoráveis e contrários à presença da doença holandesa na economia brasileira. Apesar disso os resultados revelam que as bases de dados utilizadas pelas correntes são distintas, o que não permite afirmar se existe ou inexistência de doença holandesa no Brasil. Entre os argumentos favoráveis à presença da doença holandesa, encontram-se linhas teóricas que vinculam a persistente apreciação da moeda nacional com a reprimarização da pauta de exportações, o que desencadearia a desindustrialização da economia. Já os argumentos contrários à existência da doença no Brasil indicam que os postos de trabalho no ramo industrial permaneceram estáveis, que a pauta de exportações não sofreu alterações significativas recentemente, que a indústria de transformação manteve um nível de participação média anual no Produto Interno Bruto e que os setores de elevada e média-elevada tecnologia tiveram significativo crescimento.

Palavras-chave: Doença Holandesa; Desindustrialização.

Abstract

This paper presents a theoretical-conceptual panorama that aims to correlate variables of deindustrialization, re-primarization of the export agenda with dutch disease. Systematic review methodology was used identifying and evaluating the databases studies integrated of Scientific Electronic Library Online and Periodicals Portal of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel of the Ministry of Education, included in the systems up to the date of 02 March 2016, using the term "Dutch disease" and peer review as the selection criteria. Data collected allowed the identification of favorable arguments and negative arguments about Dutch disease presence in the Brazilian economy, as reported in the literature. Nevertheless, the results reveal that the databases used by the chains are distinct, which does not allow to state categorically whether there is or is not a Dutch disease in Brazil. As for the arguments favorable to the presence of the Dutch disease, there are theoretical lines that link the persistent appreciation of the national currency with the reprimarization of the export agenda, would trigger the deindustrialization of the economy. Regarding the arguments against the existence of the disease in Brazil, literature states that industrial jobs have

¹ Doutorando em Administração Pública e Governo. Mestre em Direito e Desenvolvimento e Bacharel em Direito, todos pela FGV/SP. Pesquisador Público da Fundacentro/Ministério do Trabalho e professor universitário. E-mail : daltontria@yahoo.com.br

remained stable, and the export pattern has not undergone any significant changes recently, the manufacturing industry maintained an average annual level of participation in the industry, Gross Domestic Product and the sectors of high and medium-high technology had significant growth.

Keywords: Dutch Disease; Deindustrialization

JEL: F43, 011.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa revisar de forma sistemática a literatura acerca do tema doença holandesa no Brasil, de modo a identificar os argumentos favoráveis e contrários à ocorrência dessa doença no país. Como se verá neste trabalho, diversos autores apontam que dentre as variáveis responsáveis pela desindustrialização em voga no país desde a década de 1980 e sua correlação com a diminuição do percentual de participação da manufatura no valor adicionado em níveis da renda per capita, encontra-se a doença holandesa.

Para se verificar a ocorrência dessa doença, inicialmente faz-se necessário conceituar o termo desindustrialização, utilizando-se para tanto a definição dada por Rowthorn e Ramaswamy (1999), que entendem a desindustrialização como uma insistente diminuição do percentual de participação do emprego industrial no total de empregos de uma economia.

Tregenna (2009), por seu turno, ampliou o conceito de desindustrialização ao descrevê-lo como a redução do valor adicionado da indústria e do emprego industrial na proporção do Produto Interno Bruto (PIB) e do emprego total. Assim, um país se desindustrializaria quando o setor industrial reduzisse sua participação na geração de postos de trabalho e/ou do valor adicionado para uma determinada economia.

Tal redução não significa que a desindustrialização está fundamentalmente associada com a primarização da pauta de exportação, uma vez que a diminuição da participação industrial na geração de produto e emprego pode decorrer da transferência para o exterior das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com menor valor adicionado.

Por conseguinte, caso seja essa a hipótese, estar-se-ia ante uma desindustrialização positiva, conforme Oreiro e Feijo (2010), pois haveria um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado na pauta de exportações.

Todavia, se a desindustrialização for escoltada de uma transformação da pauta exportadora em *commodities* agrícolas ou metálicas e de manufaturas com reduzido valor adicionado e/ou diminuto conteúdo tecnológico, então estar-se-ia ante uma desindustrialização negativa, nos termos propostos por Oreiro e Feijo (2010).

A desindustrialização pode surgir pelo diálogo de distintos motivos, como a elasticidade de demanda da indústria, a produtividade, a terceirização e a divisão internacional do trabalho, o investimento e a doença holandesa, de acordo com os argumentos de Silva (2014).

No que tange ao fator elasticidade de demanda da indústria temos que o consistente aumento da renda per capita gera a redução da elasticidade de demanda por produtos industriais, podendo diminuir a participação relativa no Produto Interno Bruto e a criação de postos de trabalhos face os demais setores, conforme explanação de Silva (2014).

Já no que se refere ao fator produtividade, a indústria, em regra, pode apresentar maior produtividade que outros setores, o que causa o declínio de preços dos produtos industriais vis a vis aos produtos não industriais, reduzindo a participação da indústria no Produto Interno Bruto enquanto se majora a dos demais setores, segundo as lições de Palma (2005) e Nassif (2008).

Outro fator é a terceirização e a divisão do trabalho, pela qual se realoca postos de trabalho do setor industrial para o setor de serviços, por meio da especialização do setor terciário, de acordo com Palma (2005) e Tregenna (2009), bem como a divisão internacional do trabalho, que transfere postos de trabalho dos países desenvolvidos para países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, nos quais os custos de produção industrial são menores, nos termos da explanação de Silva (2014).

O investimento também é responsável por eventual desindustrialização, pois quanto menor o investimento, menor será a participação da indústria na geração de postos de trabalho e no Produto Interno Bruto.

Por fim, temos o fator da doença holandesa, também denominada de *Dutch Disease*, pelo qual uma possível sobrevalorização da taxa de câmbio decorrente das exportações de *commodities* metálicas e agrícolas gera um processo de desindustrialização precoce, fator este sobre o qual o presente artigo incidirá com maior profundidade a partir daqui.

DOENÇA HOLANDESA

O termo doença holandesa ou *Dutch Disease* recebe a adjetivação pela literatura, de “maldição” dos recursos naturais, tendo sido mencionado pela primeira vez na revista *The Economist*, no ano de 1977, oportunidade na qual se descreveu a situação ocorrida na Holanda nos anos 1960-70, a partir da descoberta de grandes reservas de gás natural no Mar do Norte.

Tal descoberta gerou efeitos lesivos na economia holandesa, afetando a indústria, pois possibilitou a entrada de divisas decorrentes da exportação do gás natural (*commodity* energética), o que valorizou excessivamente o florim (moeda holandesa), diminuindo a competitividade industrial holandesa (redução da exportação de manufaturados) e provocando a desindustrialização.

A perda de competitividade dos produtos industrializados holandeses no mercado externo gerou uma retração da indústria local, extinguindo postos de trabalho e reduzindo taxas de crescimento a ponto de a Holanda encontrar-se em situação econômica pior do que antes da descoberta das reservas de gás natural.

A doença holandesa pode ser conceituada, segundo Silva (2014) como a especialização produtiva e exportadora de um país, quer ele possua ou não certo grau de industrialização, na produção de itens intensivos em recursos naturais. Ao gerar vantagens competitivas derivadas de rendas ricardianas, a supramencionada especialização modifica a pauta de exportações, majorando as receitas em moeda estrangeira.

Caso inexista uma política cambial que compense esse efeito, ocorre sobreapreciação da taxa de câmbio, diminuindo a competitividade da indústria local e retraindo a produção e/ou exportação de bens comercializáveis mais intensivos em tecnologia e com maior valor agregado, gerando uma “reprimarização ou especialização regressiva” da pauta de exportação e da estrutura produtiva, nos termos de Bresser-Pereira (2008). Isso porque a elevação das receitas de exportação resulta em apreciação da taxa de câmbio corrente de forma inconsistente com a alavancagem da competitividade dos ramos de bens manufaturados que utilizam avançada tecnologia, conforme explanação de Verissimo e Xavier (2013).

A consequência lógica desse processo é a retração da produção/exportação de bens manufaturados, realocando-se recursos outrora dos setores industriais para os setores intensivos em recursos naturais, considerando que estes últimos tornam-se relativamente mais rentáveis ante a apreciação cambial. Nesse diapasão, a abundância de recursos naturais tem como possível consequência perversa, a extrema dificuldade da economia em obter taxas de crescimento mais elevadas e sustentadas no longo prazo em função do retrocesso ou do desmantelamento da estrutura produtiva da indústria doméstica, como destaca Verissimo (2010).

O motivo pelo qual a doença holandesa pode determinar menores taxas de crescimento econômico está relacionada à ideia de que o setor industrial é mais dinâmico e competitivo do que os setores baseados em recursos naturais, além de possuir maiores possibilidades de ganhos de produtividade com a incorporação de progresso tecnológico. Assim sendo, uma estrutura de comércio exterior com ênfase em produtos manufaturados com maior tecnologia e valor agregado se mostra mais benéfica ao crescimento das exportações totais e ao desenvolvimento industrial, segundo Verissimo (2010), uma vez que as empresas que atuam no setor manufatureiro são inerentemente eficientes, possuindo oportunidades para o progresso tecnológico, contando com um menor grau de concentração e maior capacidade adaptativa de competição do que os setores produtores de commodities.

Além do mais, o setor industrial apresenta a possibilidade de contar com melhores repercussões advindas do transbordamento (*spillover*) horizontal e vertical e da aprendizagem do que os setores ricos em recursos naturais.

Há de se registrar que a doença holandesa pode ter intensidades distintas nas economias, a depender do grau das rendas ricardianas e da apreciação cambial, podendo ser permanente na hipótese de um país nunca ter produzido bens industriais,

ou pode resultar de uma nova situação que levou uma economia já industrializada a deixar de neutralizar a *Dutch disease*, ou, ainda, de uma transformação nos termos de troca que majora o preço de mercado das *commodities*. Nos dois últimos casos, haverá uma apreciação da taxa de câmbio sem uma redução do superávit comercial, havendo desindustrialização.

Nesse contexto, as empresas exportadoras de bens industriais aumentarão os componentes importados em sua produção, transformando, gradualmente, a indústria de transformação do país em uma indústria “maquiladora”, conforme destaca Bresser-Pereira (2009).

A desindustrialização decorrente da doença holandesa associa-se ao retrocesso da indústria nacional, caracterizado pela incapacidade de produzir a custos competitivos frente aos concorrentes estrangeiros, o que promove um processo de substituição da produção doméstica por produtos importados favorecidos pela apreciação cambial, que diminui a rentabilidade das exportações industriais, ao passo que promove a inserção de importações de bens com preços competitivos, nos termos de Barros e Pereira (2008).

Pode-se assim dizer que a desindustrialização vista acima como decorrência da doença holandesa, é classificada como negativa, pois resulta de uma falha de mercado na qual o encontro de escassos bens da natureza, para os quais o valor de mercado é mais elevado do que o custo marginal social de produção, gera uma apreciação da taxa de câmbio real, criando, sobre o ramo produtor de itens manufaturados, uma externalidade negativa, segundo Bresser-Pereira (2008).

Bresser-Pereira (2012) afirma ainda que “a doença holandesa é uma falha de mercado que sobreaprecia de forma permanente a taxa de câmbio, mas é consistente com o equilíbrio intertemporal da conta corrente”. A *Dutch disease* pode ser mensurada por meio do equilíbrio entre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, necessárias às empresas industriais tecnologicamente modernas e a taxa de equilíbrio corrente, que equilibra a conta corrente. Se existe “Doença Holandesa” a taxa de câmbio de equilíbrio corrente encontra-se em um nível menor que a taxa de câmbio de equilíbrio industrial.

Mas sofreria o Brasil da doença Holandesa?

Para responder a esse questionamento, realizou-se uma revisão sistemática da literatura incidente sobre o tema, extraída após consulta na base de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC), em setembro de 2017, utilizando-se como critério, além do termo “doença holandesa”, a revisão por pares, a qual resultou em 22 (vinte e dois) artigos, dos quais 12 (doze) possuíam correlação com o tema pesquisado, para a base de dados da SciELO, e 55 (cinquenta e cinco) artigos para a base de dados do Portal de Periódicos CAPES/MEC, dos quais 5 (cinco) tinham direta correlação com o tema e que ainda não haviam surgido quando da consulta a base de dados da SciELO.

Não houve marco inicial da pesquisa, apenas marco final, qual seja, setembro de 2017, de modo a permitir a extração e análise do maior número de dados possíveis.

Dos artigos encontrados que se relacionavam com o tema em ambas as bases de dados, 05 (cinco) analisavam contextos estrangeiros, especificamente a doença holandesa na Argentina, Colômbia, Uruguai e Venezuela.

Assim, restaram para identificação apenas 12 (doze) artigos que apontaram argumentos favoráveis e desfavoráveis à presença da *Dutch Disease* no Brasil, os quais constam no quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Artigos sobre a doença holandesa no Brasil.

| Autores | Nome da Revista | Mês/Ano de Publicação | Nome do Artigo |
|---|--|-----------------------|---|
| Medeiros, C. A. de. | Economia e Sociedade | Set./Dez. 2016. | Estrutura produtiva e crescimento econômico em economias em desenvolvimento |
| Araújo, E.; Araújo, E. C.; Punzo, L.. | Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (UEM). | Jan./Jun.2016. | A 'bela' e o 'gigante' adormecidos: análise comparativa de dois casos de desindustrialização recente e suas causas--Brasil e Itália. |
| Torres, R. L.; Cavaleri, H.. | Revista de Economia Política. | Dez./2015 | Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil |
| De Melo, M. C. P.; Do Amaral Filho, J.. | Latin American Perspectives. | Jul./2015 | The Political Economy of Brazil-China Trade Relations, 2000–2010. |
| Veríssimo, M. P.; Araújo, V. M. | Economia e Sociedade | Abr./2015 | Desempenho da indústria automobilística brasileira no período 2000-2012: uma análise sobre a hipótese de desindustrialização setorial |
| Reis, D.; Araujo; Santana, J. R. | Revista de Administração Pública – RAP. | Jan/Fev. 2015. | Os efeitos da aplicação dos royalties petrolíferos sobre os investimentos públicos nos municípios Brasileiros. |
| Magalhães, A. S.; Domingues, E. P. | Economia. | Set./Dez. 2014. | Blessing or curse: Impacts of the Brazilian Pre-Salt oil exploration |
| Teixeira, F. W.; Meurer, R.; Portela Santos, A. A.. | Revista Brasileira de Finanças. | Junho de 2013. | O que motiva a realização de intervenções cambiais? Análise das atuações do Banco Central do Brasil no mercado BRL/USD |
| Veríssimo, M. P.; Xavier, C. L.. | Revista de Economia Política. | Mar./2013 | Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil. |
| Bresser-Pereira, L. C.. | Estudos Avançados | Ago./2012 | A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. |
| Gala, P.; Libânio, G. | Economia e Sociedade | Ago./2011 | Taxa de câmbio, poupança e produtividade: impactos de curto e longo prazo . |
| Furtado, J.. | Novos Estudos/CEBRAP | Jul./2008 | Muito além da especialização regressiva e da doença holandesa: oportunidades para o desenvolvimento brasileiro. |

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pela Scielo e pelo portal de periódicos da CAPES/MEC.

Percebe-se pelo quadro apresentado, uma concentração de artigos sobre o tema no ano de 2015, no qual foram publicados quase 40% do total de artigos

identificados, sendo que as publicações ocorreram nas grandes áreas de administração e economia, com prevalência da área de economia.

Medeiros (2017) aponta os limites da crença de que a distribuição a favor dos salários estaria na base do desequilíbrio da estrutura produtiva e crescente dependência das importações. O artigo de Araújo Reis e Santana intitulado “Os efeitos da aplicação dos royalties petrolíferos sobre os investimentos públicos nos municípios Brasileiros”, aborda apenas tangencialmente o tema da doença holandesa, conceituando-a. O mesmo faz o artigo de Elisangela Araújo, Eliane Cristina de Araújo e Lionello Punzo, denominado “A 'bela' e o 'gigante' adormecidos: análise comparativa de dois casos de desindustrialização recente e suas causas--Brasil e Itália”.

Aprofunda-se mais no tema, o trabalho de Maria Cristina Pereira de Melo e Jair do Amaral Filho, denominado “*The Political Economy of Brazil-China Trade Relations, 2000–2010*”, que cita a obra de Palma (2007), a qual indica que o Brasil encontra-se em uma fase de pré-matura desindustrialização, sendo uma das variáveis explicativas para tal fato a ocorrência de uma nova doença holandesa.

Os demais artigos reúnem cada um a seu modo, referências comuns nas obras sobre conceitos utilizados e argumentos favoráveis e contrários a presença da doença holandesa no Brasil, que a seguir encontram-se delineados.

Argumentos favoráveis à presença da *Dutch Disease* no Brasil

Bresser-Pereira (2008) afirma que os principais obstáculos ao crescimento econômico brasileiro desde o final dos anos 1980 decorrem da redução dos investimentos públicos e da incapacidade de a economia brasileira deter a sobreapreciação da taxa de câmbio, esta última tendo como causa uma forma de manifestação da doença holandesa resultante da existência de recursos naturais abundantes e baratos e da exploração de mão de obra igualmente barata e abundante utilizada para produzir *commodities*.

O Brasil, segundo Bresser Pereira (2012), vem apresentando superávit em conta corrente, e embora ainda não cause desequilíbrio, se traduz em doença holandesa, mesmo que em escala menor, quando comparado ao ocorrido nos países exportadores de petróleo que atrelam baixo crescimento e pobreza, o que inviabiliza avanços tecnológicos e a diversificação industrial, elementos de estágios mais avançados do desenvolvimento econômico.

Por seu turno Nelson Marconi e Fernando Barbi (2010) tornam evidente, por meio de testes econométricos, que o processo de desindustrialização da economia nacional por meio da relevante diminuição da participação relativa da manufatura no valor adicionado, caracterizando uma desindustrialização precoce, estaria acontecendo antes de o Brasil atingir nível de renda compatível com a hipótese de desindustrialização natural. Assim, as modificações na pauta das exportações levaram a apreciação cambial, e esta é responsável pela diminuição relativa da manufatura no valor adicionado, exercendo, portanto, a apreciação da taxa de cambio influência direta sobre o processo de desindustrialização, o que seria compatível com o diagnóstico *de dutch disease* na economia nacional.

Já Soares, Mutter e Oreiro (2011) asseveram que a taxa real de câmbio influencia negativamente a participação da indústria no emprego e no valor adicionado, não restando dúvidas de que o país padece de um processo de desindustrialização precoce com diminuição da participação do valor adicionado na indústria tanto no PIB quanto no total do emprego industrial, o que estaria concatenado com uma taxa real de câmbio sobrevalorizada. Para Oreiro e Feijó (2010) há uma prolongada redução da importância relativa da indústria nacional, com diminuição no valor adicionado e alterações na composição dos saldos comerciais, com apreciação cambial compatível com a existência da *dutch disease*.

Por sua vez, o estudo de Bruno, Araújo e Pimentel (2009) cujo objeto é a evolução da indústria de transformação nacional no período 1980-2008 aponta que essa se demonstrou altamente sensível ao regime de câmbio vigente, tendo sofrido ante uma forte apreciação cambial uma considerável retração, o que confirmou a hipótese de que o regime de câmbio apreciado foi danoso aos setores tecnologicamente mais sofisticados, favorecendo os setores vinculados às atividades primárias e provocando desindustrialização relativa da economia nacional.

Sampaio e Pereira (2009) indicam, por meio de sua análise, que o grupo dos itens primários exportados apresentou uma tendência de crescimento bem superior ao dos itens semimanufaturados e manufaturados face a apreciação cambial. Por fim, Gala e Libânio (2008) salientam que o Brasil vem sofrendo de uma valorização da taxa nominal de câmbio, a qual somada a prática de altas taxas de juros em um cenário no qual o setor industrial atua de forma retardada e com competitividade decrescente, afetam negativamente as exportações de bens manufaturados e ampliam as exportações de commodities, caracterizando sintomas da doença holandesa.

Argumentos contrários à presença da *Dutch Disease* no Brasil

Vários trabalhos indicam que o Brasil não padece da doença holandesa, considerando que a produção industrial aumentou com o decurso do tempo e o percentual de participação nas exportações dos bens manufaturados não diminuiu, conforme enunciam os trabalhos de Nakahodo e Jank (2006), Nassif (2008), Barros e Pereira (2008), e Jank *et al.* (2008).

O estudo de Nakahodo e Jank (2006) questiona a linha argumentativa de que a majoração das exportações de commodities favoreceria a apreciação da moeda nacional, e, por conseguinte, geraria uma reprimarização da pauta de exportações de modo a influenciar a desindustrialização brasileira. Tal estudo se pauta na descrição dos itens exportados pela economia nacional, os dividindo em *commodities* e produtos manufaturados, no período de 1996 a 2005, de modo a verificar as taxas de crescimento, o que indicou um percentual de crescimento de 8,5% a.a. para as commodities e de 5,6% a.a. para os manufaturados.

Entretanto, os autores salientam que dentro do percentual de 5.6% a.a. encontram-se ramos de elevada e média-elevada tecnologia, como aparatos de telecomunicações e aeronaves, com taxas de crescimentos superiores a 12% a.a., o que indicaria que o país não sofre da doença holandesa. Tal conclusão é reforçada, segundo os autores, pelo fato que o país apresentou durante boa parte do período

superávit comercial crescente das manufaturas e que o setor industrial manteve-se gerando novos postos de trabalho.

Para os autores Barros e Pereira (2008) o ramo industrial nacional na verdade se encontra em processo de reestruturação, e não de desindustrialização, indicando que a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto brasileiro apesar de ter caído 3 p.p. entre os anos de 1995 a 1998, recuperou 2,1 p.p. em 2007. O percentual de participação da indústria de transformação na criação e manutenção de postos de trabalho, segundo os autores, quedou-se estável em 14% nos anos de 1992 a 2006, havendo, após 2004, uma majoração média de 5%, mesmo frente a apreciação cambial.

Já Nassif (2008) ao investigar se o Brasil sofreu da *dutch disease* no período de 1984 a 2005 percebeu que houve uma retração da produtividade e reduzidas taxas de investimento no setor industrial nacional após 1999, o que para o autor não qualifica a existência de desindustrialização no Brasil, pois a indústria de transformação manteve um nível de participação média anual no Produto Interno Bruto de 22% entre 1990 e 2000. O autor prossegue, destacando a partir de uma tipologia alternativa, com os ramos separados de acordo com o nível de sofisticação tecnológica - primários e manufaturados com reduzida, média e elevada sofisticação - a hipótese de que o país teria retrocedido ao formato de especialização "ricardiano rico em recursos", considerando que as modificações no percentual de participações na pauta de exportação de itens primários e manufaturados foram pouco expressivas.

Por seu turno Jank *et al.* (2008) estudam as modificações no comércio exterior face a apreciação cambial e a majoração dos preços de commodities incluídas na pauta de exportação do Brasil. Os dados colhidos pelos autores apontam que a pauta de exportações não sofreu alterações significativas nos últimos anos, não se podendo afirmar, apesar da elevada participação das commodities, da existência de uma reprimarização das exportações. O estudo salienta que a apreciação da taxa de câmbio real impactou determinados ramos de itens exportados, contudo, não se observou modificações estruturais relevantes que indicassem a presença da doença holandesa no Brasil, tampouco, um processo de desindustrialização generalizado.

De todo modo, caso efetivamente o Brasil padeça da doença holandesa, o que poderia ser feito? É o que veremos a seguir.

Doença Holandesa e sua Neutralização

Bresser-Pereira (2008, 2009) afirma que a neutralização da *dutch disease* abrange o gerenciamento da taxa de câmbio de modo a prevenir sua apreciação, tanto via manutenção do percentual de juros internos em patamares mais reduzidos, quanto pela imposição temporária de controle incidente sobre os capitais ingressantes externos na economia nacional.

A neutralização pode ocorrer ainda por meio da tributação incidente sobre bens que causem a *dutch disease* ou por meio da aquisição de reservas internacionais, na esteira dos ensinamentos de Bresser-Pereira (2008, 2009). No que tange à tributação, deve ser esta equivalente a diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e

a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, incidindo como já supramencionado sobre a alienação de itens que favorecem a doença holandesa.

Os recursos advindos desse tributo poderiam ser vinculados a um fundo, cuja missão seria a de prevenir uma re-apreciação da taxa de câmbio, conforme expõe Bresser-Pereira (2009), auxiliando na efetivação de uma política fiscal consistente e evitando a majoração dos dispêndios do governo em virtude do exponencial aumento das receitas advindas dos recursos naturais, de acordo com Brahmhatt, Canuto e Vostroknutova, (2010).

Considerando que a intensidade da *dutch disease* pode variar de acordo com os bens, far-se-ia necessário uma alíquota distinta para cada item, com possibilidade de modificação de acordo com as variações da intensidade do problema, nos termos propostos por Bresser-Pereira (2009).

Não crendo no sucesso da tributação como forma de neutralização, Sampaio e Pereira (2009) salientam que o tributo incidente sobre as exportações dos itens que causam à *dutch disease* apresenta complexa implementação, dada a dificuldade de se mensurar a quantidade ótima de exportação de produtos que originam a doença holandesa, de modo a balizar o tributo.

Nesse diapasão, Bresser-Pereira (2009) reconhece que os exportadores de itens primários não aceitarão a imposição de um tributo nos moldes supramencionados, por crerem erroneamente, que o mesmo será responsável pela diminuição de seus lucros, a majoração temporária da inflação e a redução dos soldos. Ademais, no que tange a vinculação das receitas advindas do tributo a um fundo para estabilização dos recursos naturais exportados há a dificuldade política de se conseguir e de se manter essa vinculação, podendo haver sua indevida utilização para custeio do aparato burocrático estatal (despesas correntes), tornando sem efeito a tentativa de compensação da sobrevalorização causada pela *dutch disease*, nos termos propostos por Brahmhatt, Canuto e Vostroknutova (2010).

Outra proposta para a neutralização da doença holandesa é criação de uma série de políticas regulatórias e de fomento que aloquem recursos de forma inter e intrasetorial, visando a produção de bens com maior valor agregado, incidindo principalmente nos gastos com pesquisa e desenvolvimento e na criação de redes de pesquisas composta pela academia, pelo Estado e pela indústria, de modo a otimizar a inovação da indústria nacional, conforme proposição de Ribeiro e Markwald (2008).

Inserta nas supramencionadas políticas regulatórias encontrar-se-iam políticas temporárias protecionistas para o setor industrial, crendo Barros e Pereira (2009) que as mesmas teriam o condão de modificar o sistema produtivo nacional, de modo a majorar a produtividade e o valor agregado dos bens.

A administração da taxa de câmbio em nível competitivo para fomentar as exportações, por meio de política cambial, via depreciação cambial, câmbio seletivo ou bandas cambiais é outra forma de neutralização da doença holandesa, pela qual se visa a industrialização e a incorporação de tecnologia avançada que permite a exportação de itens manufaturados atuando o Banco Central na estabilização do câmbio.

Por todo o exposto, percebe-se que existem uma série de formas de se neutralizar ou ao menos minimizar os efeitos da doença holandesa em uma economia, dependendo o sucesso das políticas adotadas, nos estudos que avaliam os sintomas da *dutch disease*.

CONCLUSÃO

Este breve estudo teve o simples objetivo de apresentar o panorama teórico-conceitual da desindustrialização, da reprimarização da pauta exportadora e da *dutch disease*, efetivando uma revisão sistemática da bibliografia acerca do tema e verificando as correntes teóricas que argumentam de forma favorável e contrária a existência da doença holandesa na economia brasileira.

No que tange aos argumentos favoráveis, encontram-se linhas teóricas que vinculam a persistente apreciação da moeda nacional com a reprimarização da pauta de exportações, o que desencadearia a precoce desindustrialização da economia nacional, contrapondo-se a desindustrialização natural, observada nas economias desenvolvidas a partir de determinado índice de renda per capita.

Assim, o Brasil padeceria da doença holandesa, perdendo, a indústria nacional competitividade frente ao mercado internacional em função da apreciação cambial gerada pelos saldos comerciais das exportações de commodities agrícolas e metálicas, o que resultaria na precoce desindustrialização brasileira, comprometendo a difusão, a inovação e o desenvolvimento tecnológico de longo prazo, bem como o crescimento.

Já no tocante aos argumentos contrários a existência da doença holandesa no Brasil, temos os teóricos que defendem a inexistência de um processo precoce de desindustrialização, considerando que os postos de trabalho no ramo industrial permaneceram estáveis, que a pauta de exportações não sofreu alterações significativas nos últimos anos, que a indústria de transformação manteve um nível de participação média anual no Produto Interno Bruto e que os setores de elevada e média-elevada tecnologia, como aparatos de telecomunicações e aeronaves tiveram significativo crescimento. Argumenta-se ainda que os períodos de diminuição de participação industrial são condizentes com momentos específicos de crises ou de estagnação econômica.

Os estudos empíricos utilizados tanto pelos defensores da doença holandesa no Brasil quanto seus críticos utilizam base de dados distintas, avaliadas qualitativamente de acordo com os referenciais teóricos adotados, o que não permite afirmar se existe ou inexistente doença holandesa no Brasil. Após tais passos, o artigo demonstrou as formas de se neutralizar a doença holandesa, como por meio da administração da taxa de câmbio em nível competitivo, da manutenção do percentual de juros internos em patamares mais reduzidos e da imposição temporária de controle incidente sobre os capitais ingressantes externos na economia nacional.

O artigo ainda mencionou como formas de neutralização a possibilidade de tributação, a qual incidiria sobre bens que causam a *dutch disease*, bem como da criação de um fundo, alimentado pelos recursos advindos da tributação ou das receitas adicionais oriundas da exportação das *commodities*, de modo a criar-se uma

política fiscal consistente e evitar a majoração dos dispêndios do governo. Por fim, houve menção a possibilidade da aquisição de reservas internacionais como forma de neutralizar a doença holandesa.

Assim, por todo o exposto, caso a economia brasileira padeça da doença holandesa e não se adote medidas neutralizadoras, o país nunca conseguirá realizar o *catching up*, permanecendo em um ciclo vicioso de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportação que obstará o desenvolvimento, padecendo o tema ora apresentado de uma mais profunda análise e estudo da academia, considerando os poucos artigos encontrados, em considerável lapso temporal, que se relacionavam diretamente com o tema.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E.; DE ARAÚJO, E. Cristina; PUNZO, L. A 'bela' e o 'gigante' adormecidos: análise comparativa de dois casos de desindustrialização recente e suas causas-- Brasil e Itália. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences* (UEM), v.38 (1): 25-50, 2016.

BARBI, F.; MARCONI, N. Taxa de câmbio e composição setorial da produção: sintomas de desindustrialização da economia brasileira. Texto para discussão 255, Escola de Economia de São Paulo da FGV-EESP, setembro de 2010.

BARROS, O.; PEREIRA, R. R. Desmistificando a Tese da Desindustrialização: Reestruturação da Indústria Brasileira em uma Época de Transformações Globais. In: BARROS, O.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.) *Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BASTOS, P. A “Doença Holandesa” e a economia brasileira: o risco do populismo cambial ontem e hoje. In: *Economia & Tecnologia*. Curitiba, ano 05, v.19, Outubro - Dezembro de 2009.

BRAHMBHATT, M.; CANUTO, O; VOSTROKNUTOVA, E. Dealing with Dutch Disease. *PREM Notes Economic Policy*. The World Bank. N. 16. June, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo-Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 20 (1), 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch Disease and Its Neutralization: a Ricardian Approach. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28 (1), 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; Marconi, N. Existe doença holandesa no Brasil?. Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo.

BRESSER-PEREIRA, L. Carlos; MARCONI, N. Doença Holandesa e Desindustrialização. *Valor Econômico*, 25 de novembro, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A Doença Holandesa. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalização e Competição: Por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento e Novo-Desenvolvimentismo. *Revista de la Cepal*, n. 100, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, 26(75): 7-28. 2012.

BRUNO, M.; ARAÚJO, E.; PIMENTEL, Débora. Regime Cambial e Mudança Estrutural na Indústria de Transformação Brasileira: Novas Evidências para o Período (1994-2008). *Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia ANPEC*, Foz do Iguaçu, Dezembro, 2009.

DE MELO, M. C. P.; DO AMARAL FILHO, J. The Political Economy of Brazil-China Trade Relations on 2000–2010. *Latin American Perspectives*, v.42(6):64-87, 2015.

FEIJÓ, C.; CARVALHO, P.; ALMEIDA, J. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?. São Paulo: IEDI, Novembro, 2005.

FURTADO, J. Muito além da especialização regressiva e da doença holandesa: oportunidades para o desenvolvimento brasileiro. *Novos Estudos-CEBRAP*, (81), 33-46, Julho, 2008.

GALA, P.; LIBÂNIO, G. Efeitos da apreciação cambial nos salários, lucros, consumo, investimento, poupança e produtividade: uma perspectiva de curto e longo prazo. *Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia*, ANPEC – Associação Nacional de Pós Graduação em Economia, 2008.

JANK, M. S. et al. Exportações: existe uma “doença brasileira”. Brasil globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 331-352, 2008.

MAGALHÃES, A. S.; DOMINGUES, E. P. Blessing or curse: Impacts of the Brazilian Pre-Salt oil exploration. *Economia*, 15(3), 343-362, set/dez., 2014.

MEDEIROS, C. A. de.; Estrutura produtiva e crescimento econômico em economias em desenvolvimento. *Econ. soc.*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 569-598, Dec. 2016.

NAKAHODO, S. N.; JANK, M. S. A Falácia da “Doença Holandesa” no Brasil. Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). Documento de Pesquisa. São Paulo. Março, 2006.

NASSIF, A. Há Evidências de Desindustrialização no Brasil?. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28 (1), 2008.

OREIRO, J.L; PAULA, L.F. (2010). *Novo-Desenvolvimentismo e a Agenda de Reformas Macroeconômicas para o Crescimento Sustentado com Estabilidade de Preços e Equidade Social*. Associação Keynesiana Brasileira, Disponível em <<http://www.ppge.ufrgs.br>>. Data de acesso 05 de março de 2017.

OREIRO, J. L.; FEIJO, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30 (2): 219-232, Junho, 2010.

PALMA, G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*, Agosto, 2005.

PALMA, G. Four Sources of “De-Industrialisation” and a New Concept of the “Dutch Disease”. In OCAMPO, J.A.(ed.), *Beyond Reforms: Structural Dynamics and Macroeconomic Vulnerability*. New York: Stanford University Press and World Bank, p.71-116, 2005.

REIS, D.; SANTANA, J.; Os efeitos da aplicação dos royalties petrolíferos sobre os investimentos públicos nos municípios Brasileiros. *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro, v.49 (1): 91 –117, jan/fev., 2015.

RIBEIRO, F. J.; MARKWALD, R.. A balança comercial sob o regime de câmbio flutuante. In: Barros, Octavio de; Giambiagi, Fabio (Organizadores.). *Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente*. Rio de Janeiro: Elsevier.2008.

ROWTHORN, R; RAMASWANY, R.. "Growth, Trade and Deindustrialization". IMF Staff Papers, v. 46(1), 1999.

SAMPAIO, D. P.; PEREIRA, V. V.. Doença Holandesa no Brasil: Uma Sugestão de Análise Conceitual Comparada. *Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política*. São Paulo, Junho, 2009.

SILVA, J. A.. Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 41(3): 67-82, 2014.

SOARES, C.; MUTTER, A.; OREIRO, J.L.. Uma análise empírica dos determinantes da desindustrialização no caso brasileiro (1996 - 2008). *Série Textos para Discussão* n. 361. Departamento de Economia, Universidade de Brasília. Brasília, maio de 2011.

TEIXEIRA, F. W., MEURER, R., SANTOS, A. A. P.. O que Motiva a Realização de Intervenções Cambiais? Análise das Atuações do Banco Central do Brasil no Mercado BRL/USD. *Revista Brasileira de Finanças*, 11(2), 215, junho, 2013.

TORRES, R. L.; DA SILVA, H. C.. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. *Revista de Economia Política*, 35(4), 141, 2015.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, v. 33, 2009.

VERISSIMO. M. P.. *Doença holandesa no Brasil: ensaios sobre taxa de câmbio, perfil exportador, desindustrialização e crescimento econômico*. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

VERÍSSIMO, M.P.; XAVIER, C. L.. Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.33 (1): 82-101, jan./mar. 2013.